

REVOGADA tacitamente pela Resolução CEPE-UEMS N° 1.814, de 24/10/2016.

DELIBERAÇÃO CE/CEPE-UEMS N° 094, de 4 de abril de 2005.

Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Monitoria da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

~~A CÂMARA DE ENSINO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, em reunião extraordinária realizada em 4 de abril de 2005,~~

~~**R E S O L V E :**~~

~~**Art. 1º** Fica aprovado o Regulamento do Programa Institucional de Monitoria da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme anexo que integra esta Deliberação.~~

~~**Art. 2º** Esta Deliberação, após homologada pelo Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entrará em vigor na data de sua publicação.~~

~~Dourados, 4 de abril de 2005.~~

~~**Profª MARIA JOSÉ DE JESUS ALVES CORDEIRO**
Presidente - Câmara de Ensino - CEPE/UEMS~~

Homologo em 6/4/2005.

Prof. LUIZ ANTONIO ALVARES GONÇALVES
Reitor - UEMS

**REGULAMENTO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**CAPÍTULO I
DO OBJETIVO**

Art. 1º O Programa Institucional de Monitoria objetiva criar um espaço de atuação dentro do âmbito universitário onde os alunos que possuem mérito e rendimento escolar satisfatório atuem como monitores, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, viabilizando o fortalecimento da auto-estima e contribuindo para a interação entre alunos, professores e técnicos.

**CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES E CARGA HORÁRIA**

Art. 2º O Programa Institucional de Monitoria constitui-se em uma possibilidade de extensão do processo de ensino e da aprendizagem proporcionada aos alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A operacionalização do Programa Institucional de Monitoria de que trata o caput deste artigo abrange as seguintes modalidades:

- I – monitoria com bolsa;
- II – monitoria sem bolsa.

Art. 3º A carga horária para o desenvolvimento das atividades de monitoria, abrangendo as duas modalidades descritas no parágrafo único do art. 2º deste Regulamento, dependendo da especificidade de cada disciplina, será de:

I – monitoria com bolsa: no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) horas-aula semanais;

II – monitoria com bolsa: no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) horas-aula semanais, com equivalência de valor hora-bolsa; *(redação dada pela Resolução CEPE-UEMS Nº 573, de 14/12/2005)*

III – monitoria sem bolsa: no mínimo 2 (duas) e no máximo 4 (quatro) horas-aula semanais.

**CAPÍTULO III
DO SUPORTE FINANCEIRO**

Art. 4º Os recursos correspondentes ao Programa Institucional de Monitoria na modalidade “monitoria com bolsa” constarão no orçamento anual da Pró-Reitoria de Ensino, podendo ainda, serem vinculados a recursos externos governamentais e não-governamentais.

Art. 5º O quantitativo de bolsas deverá atender, no mínimo, à oferta dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, salvo quando o Programa Institucional de Monitoria estiver vinculado a recursos externos.

Parágrafo único. As bolsas a que se refere o *caput* deste artigo serão distribuídas equitativamente entre as ofertas dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, salvo o disposto no art. 30 deste Regulamento.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO

~~Art. 6º~~ O Programa Institucional de Monitoria será coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino, através Divisão de Ensino de Graduação e pelo Comitê de Ensino de Graduação, vinculado a esta Pró-Reitoria, de acordo com legislações internas em vigor.

~~Art. 6º~~ O Programa Institucional de Monitoria será coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino, através da Divisão de Ensino de Graduação e pelo Comitê de Ensino de Graduação, vinculado a esta Pró-Reitoria, de acordo com legislações internas em vigor. *(redação dada pela Resolução CEPE-UEMS Nº 503, de 14/4/2005)*

~~Parágrafo único.~~ Os Núcleos de Ensino, obrigatoriamente, farão parte do Comitê de que trata o *caput* deste artigo.

CAPÍTULO V DA OPERACIONALIZAÇÃO

~~Art. 7º~~ A operacionalização do Programa Institucional de Monitoria dar-se-á de acordo com os prazos estipulados no Calendário Acadêmico dos Cursos de Graduação.

~~Art. 8º~~ As atividades de monitoria com bolsa e sem bolsa traduzem-se em atividades de ensino na qual o aluno realize procedimentos acadêmicos auxiliares nos processos didático-pedagógicos, visando ao aperfeiçoamento de sua formação profissional, sob a orientação do professor, este preferencialmente lotado em Regime de Tempo Integral – TI, referendado pelo Colegiado de Curso.

~~Art. 9º~~ Em data estabelecida no Calendário Acadêmico dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o professor interessado em participar do Programa Institucional de Monitoria encaminhará o Plano de Atividades de Monitoria, via Coordenação de Curso, em que constarão os objetivos, as atividades específicas e as formas de acompanhamento do aluno-monitor, para aprovação do Colegiado de Curso.

~~Art. 10.~~ O Colegiado de Curso, com base nos Planos de Atividades de Monitoria, elaborará um parecer contendo as seguintes informações:

- ~~I – justificativa;~~
- ~~II – número de vagas necessárias, levando-se em consideração o número de turmas, a carga horária da disciplina e as características do ensino;~~
- ~~III – Planos de Atividades de Monitoria aprovados.~~

~~Parágrafo único.~~ A Coordenação de Curso deverá encaminhar à Divisão de Ensino de Graduação, o parecer anexado aos Planos de Atividades de Monitoria, conforme prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico dos Cursos de Graduação, para as devidas providências.

~~Art. 11.~~ A Divisão de Ensino de Graduação, via Pró-Reitoria de Ensino, com base no orçamento do Programa Institucional de Monitoria, publicará, em data estabelecida no Calendário Acadêmico dos Cursos de Graduação, edital para o processo de seleção de monitoria, devendo conter, obrigatoriamente:

- ~~I~~ - relação dos cursos ofertados;
- ~~II~~ - número de vagas;
- ~~III~~ - local, horário e período de inscrição;
- ~~IV~~ - relação de documentos necessários para inscrição;
- ~~V~~ - normas gerais de realização do processo seletivo.

CAPÍTULO VI

DOS CRITÉRIOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE MONITORIA

~~Art. 12.~~ Para participar do Programa Institucional de Monitoria, o aluno-monitor deverá:

- ~~I~~ - estar regularmente matriculado na Instituição, num dos cursos de graduação;
- ~~II~~ - ter sido aprovado na disciplina objeto da monitoria;
- ~~III~~ - possuir disponibilidade de horário para o desenvolvimento das atividades de monitoria, não coincidente com a série em que esteja cursando, conforme as modalidades previstas no art. 3º deste Regulamento;
- ~~IV~~ - participar e ser aprovado no processo de seleção;
- ~~V~~ - não ter sofrido nenhuma sanção disciplinar;
- ~~VI~~ - atender aos requisitos firmados junto a organizações governamentais e não-governamentais, quando o Programa Institucional de Monitoria estiver vinculado a recursos externos.

CAPÍTULO VII

DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

~~Art. 13.~~ Os alunos candidatos às atividades de monitoria serão submetidos a processo seletivo, regulamentado em Edital.

§ 1º A pré-seleção será realizada pelo Colegiado de Curso a que se vincule a disciplina objeto da seleção, podendo ser utilizadas diferentes modalidades de avaliação.

§ 2º A execução do disposto no *caput* deste artigo observará as normas gerais emanadas pelo Comitê de Ensino de Graduação.

~~Art. 14.~~ A coordenação administrativa do Programa Institucional de Monitoria, no âmbito de cada curso de graduação, é de responsabilidade da Coordenação de Curso.

~~Art. 15.~~ Ficarão no arquivo do Comitê de Ensino de Graduação, as atas e os termos de compromissos dos alunos aprovados e classificados no processo seletivo, bem como os demais formulários do Programa Institucional de Monitoria.

CAPÍTULO VIII DO DESLIGAMENTO E SUBSTITUIÇÃO

~~Art. 16.~~ O aluno-monitor poderá a seu pedido, devidamente justificado, e a qualquer tempo, mediante assinatura de termo de desistência, ser desligado do programa, com pareceres do professor orientador e do coordenador do curso.

~~Art. 17.~~ O professor orientador poderá solicitar ao Colegiado de Curso o desligamento do aluno-monitor do Programa Institucional de Monitoria, por apresentar desempenho insatisfatório no desenvolvimento das atividades de monitoria.

~~Parágrafo único.~~ O desligamento deverá ser comunicado à Divisão de Ensino de Graduação, no prazo de 3 (três) dias letivos, pelo Coordenador de Curso.

~~Art. 18.~~ Poderá ser efetuada a substituição de aluno-monitor a qualquer tempo, nos casos previstos nos arts. 16 e 17 deste Regulamento.

~~Art. 19.~~ O aluno-monitor que for desligado do Programa Institucional de Monitoria deverá apresentar relatório de trabalho referente ao período em que participou do Programa.

~~Art. 20.~~ A substituição do professor orientador será permitida somente em caso de afastamento não previsto por ocasião da elaboração do Plano de Atividade de Monitoria.

~~Art. 21.~~ Na modalidade monitoria com bolsa, o cancelamento poderá ser realizado a qualquer momento, constituindo-se motivos para tanto:

- ~~I - o descumprimento dos requisitos pelos quais foi selecionado;~~
- ~~II - a negligência do aluno-monitor que comprometa o desenvolvimento do Programa;~~
- ~~III - os casos previstos nos arts. 16 e 17 deste Regulamento.~~

CAPÍTULO IX DAS ATRIBUIÇÕES

~~Art. 22.~~ Constituem-se atribuições do aluno-monitor no Programa Institucional de Monitoria:

- ~~I - assinar Termo de Compromisso do Programa Institucional de Monitoria;~~
- ~~II - participar da elaboração de material didático de apoio ao professor;~~
- ~~III - registrar a sua frequência e atividades desenvolvidas em formulário próprio;~~
- ~~IV - interagir com professores e alunos, visando ao desenvolvimento da aprendizagem;~~
- ~~V - contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico no processo ensino-aprendizagem;~~
- ~~VI - elaborar e apresentar, sob orientação do professor orientador, trabalhos em eventos organizados pela Instituição;~~
- ~~VII - participar de cursos e eventos que sejam pertinentes à atividade de monitoria promovidos pela Instituição;~~

~~VIII – apresentar à Coordenação de Curso os formulários do Programa Institucional de Monitoria devidamente preenchidos e avaliados pelo professor da disciplina, de acordo com cronograma estabelecido;~~

~~IX – participar das reuniões de avaliação estabelecidas pelo Programa Institucional de Monitoria;~~

~~X – participar de atividades que propiciem o seu aprofundamento na disciplina objeto de monitoria, através de pesquisa, revisão de textos, resenhas bibliográficas, entre outros;~~

~~XI – repor as atividades em decorrência de faltas, quando houver;~~

~~XII – zelar pelo bom uso dos instrumentais e dos equipamentos, observando a manutenção, limpeza e o estado de conservação dos mesmos, bem como das instalações da Instituição;~~

~~XIII – apresentar relatórios semestral e anual ao professor orientador.~~

~~**Art. 23.** Constituem-se atribuições do professor orientador no Programa Institucional de Monitoria:~~

~~I – definir o Plano de Atividades de Monitoria, em que constarão os objetivos, as atividades específicas e as formas de acompanhamento, submetendo-o à aprovação do Colegiado de Curso;~~

~~II – orientar, acompanhar e avaliar as atividades do aluno-monitor discutindo com ele as questões teóricas e práticas, fornecendo-lhe subsídios necessários à suas atividades de monitoria;~~

~~III – encaminhar ao Colegiado de Curso, para parecer, relatórios semestral e anual de atividades do aluno-monitor, com parecer fundamentado, abordando aspectos referentes à sua postura, à sua assiduidade e à sua prática pedagógica até a data estipulada no Calendário Acadêmico dos Cursos de Graduação;~~

~~IV – participar das reuniões de avaliação do Programa Institucional de Monitoria.~~

~~**Art. 24.** Constituem-se atribuições do Colegiado de Curso, com o auxílio administrativo do Coordenador de Curso, no Programa Institucional de Monitoria:~~

~~I – deliberar sobre os Planos de Atividade de Monitoria, dando parecer;~~

~~II – realizar a pré-seleção dos alunos candidatos às atividades de monitoria;~~

~~III – acompanhar as atividades do Programa Institucional de Monitoria visando o seu constante aperfeiçoamento;~~

~~IV – encaminhar os relatórios semestral e anual, com parecer, ao Comitê de Ensino de Graduação.~~

~~**Art. 25.** Constituem-se atribuições da Divisão de Ensino de Graduação no Programa Institucional de Monitoria:~~

~~I – acompanhar junto com o Comitê de Ensino de Graduação a execução das atividades de monitoria, recomendando as medidas que se fizerem necessárias;~~

~~II – organizar e providenciar os editais do processo eleitoral dos docentes que representarão as áreas de conhecimento junto ao Comitê de Ensino de Graduação;~~

~~III – convocar, presidir, divulgar e secretariar as reuniões do Comitê de Ensino de Graduação;~~

~~IV – executar as deliberações do Comitê de Ensino de Graduação;~~

~~V – emitir certificados aos alunos-monitores e professores orientadores do Programa Institucional de Monitoria.~~

~~Art. 26.~~ Constituem-se atribuições do Comitê de Ensino de Graduação no Programa Institucional de Monitoria:

~~I~~ - emitir parecer e aprovar, em função dos Planos de Atividades de Monitoria encaminhados pelo Colegiado de Curso e do orçamento previsto para o Programa, sobre a distribuição de bolsas;

~~II~~ - emitir parecer e aprovar, em função dos relatórios, as atividades de monitoria;

~~III~~ - elaborar o edital para o processo de seleção da monitoria de acordo com o art. 11 deste Regulamento;

~~IV~~ - elaborar os formulários necessários à operacionalização do Programa Institucional de Monitoria;

~~V~~ - propor alterações a este Regulamento.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

~~Art. 27.~~ A monitoria não constitui vínculo empregatício com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

~~Art. 28.~~ As atribuições do aluno-monitor são exclusivamente auxiliares, sendo proibido ao mesmo:

~~I~~ - substituir o professor orientador nos horários regulares de aula;

~~II~~ - substituir o professor orientador na aplicação de instrumentos avaliativos ou equivalentes;

~~III~~ - desenvolver funções meramente burocráticas;

~~IV~~ - substituir funcionários técnicos em suas atividades;

~~V~~ - desenvolver outras atividades que não estiverem contempladas no Plano de Atividades de Monitoria.

~~Art. 29.~~ A atividade de monitoria não poderá ser exercida no período em que o aluno tenha registrado trancamento de matrícula, tendo em vista que o trancamento pressupõe a paralisação de todas as atividades acadêmicas.

~~Art. 29.~~ O aluno-monitor não poderá exercer a atividade de monitoria no período em que tenha registrado trancamento de matrícula, tendo em vista que o trancamento pressupõe a paralisação de todas as atividades acadêmicas. *(redação dada pela Resolução CEPE-UEMS N° 503, de 14/4/2005)*

~~Art. 30.~~ Os cursos de graduação com metodologias diferenciadas, que impossibilitem o desenvolvimento e acompanhamento das atividades de monitoria, não serão contemplados no Programa Institucional de Monitoria.

~~Art. 31.~~ As atividades de Monitoria constituem-se parte integrante das Atividades Complementares - AC, dos Cursos de Graduação, que são registradas nos Históricos Escolares de acordo com normas internas em vigor.

~~Art. 32.~~ A carga horária total das atividades de monitoria corresponderá ao quantitativo estabelecido no Plano de Atividades de Monitoria.

~~Art. 33.~~ O horário de exercício das atividades de monitoria não poderá, em hipótese alguma, sobrepor-se e/ou interferir nos horários das disciplinas nas quais o aluno estiver matriculado ou em outras atividades necessárias a sua formação acadêmica.

~~Art. 34.~~ Durante o período de férias e recessos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o aluno monitor com bolsa ficará à disposição do professor orientador, desde que esteja especificado no Plano de Atividades de Monitoria.

~~Parágrafo único.~~ O aluno monitor sem bolsa estará desobrigado de suas funções durante o período de férias e recessos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

~~Art. 35.~~ Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Ensino de Graduação, ouvido o Colegiado de Curso e as demais partes envolvidas.

Dourados, 4 de abril de 2005.

Prof^a MARIA JOSÉ DE JESUS ALVES CORDEIRO
Presidente - Câmara de Ensino - CEPE/UEMS

Homologo em 6/4/2005.

Prof. LUIZ ANTONIO ALVARES GONÇALVES
Reitor - UEMS